

## AS IMPLICAÇÕES DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/ 2016 PARA O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Raquel de Lima Duarte<sup>1</sup>  
Tainá da Silva Barbosa<sup>2</sup>  
Jordeana Davi<sup>3</sup>

### RESUMO

Assistimos nos últimos 30 anos, no Brasil, a imposição de um ajuste fiscal permanente, reconfigurando o papel do Estado e das políticas sociais. A partir de 2016, foram implantadas medidas de intensificação do ajuste fiscal, configurando-se como ultraneoliberais, de apropriação do fundo público. Estas medidas afetam diretamente o orçamento da Seguridade Social. Com o golpe de 2016, os ataques a este orçamento vêm se dando num grau de profundidade muito maior. Este trabalho tem por objetivo analisar as implicações da EC/95 de 2016 no orçamento da seguridade social, no período de 2017 a 2020. Nos fundamentamos no método crítico dialético, a partir do qual abordamos o objeto na sua totalidade, contradições e mediações. A pesquisa se baseou em fontes bibliográficas e documental e revelou a captura do Fundo Público, a partir do aprofundamento do ajuste fiscal, promovendo um desmonte dos direitos sociais, sobretudo aqueles atinentes à seguridade social.

**Palavras-chave:** Aprofundamento do Ajuste fiscal; Fundo Público. Ultraneoliberalismo. Orçamento da Seguridade Social. EC/95.

### ABSTRACT

In the last 30 years, in Brazil, we have witnessed the imposition of a permanent fiscal adjustment, reconfiguring the role of the State and social policies. As of 2016, measures were implemented to intensify the fiscal adjustment, configuring themselves as ultraneoliberal, of appropriation of public funds. These measures directly affect the Social Security budget. With the 2016 coup, attacks on this budget have been taking place at a much deeper level. This work aims to analyze the implications of EC/95 of 2016 on the social security budget, in the period from 2017 to 2020. We are based on the dialectical critical method, from which we approach the object in its entirety, contradictions and mediations. The research was based on bibliographic and documentary sources and revealed the capture of the Public Fund, from the deepening of the fiscal adjustment, promoting a dismantling of social rights, especially those related to social security.

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba; Graduanda em Serviço social; raquel.duarte@aluno.uepb.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Estadual da Paraíba; Graduanda em Serviço social; taina.silva@aluno.uepb.edu.br.

<sup>3</sup> Universidade Estadual da Paraíba; Doutora em Serviço social; jordeanadavipereira@gmail.com

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

**Keywords:** Deepening the Fiscal Adjustment; Public Fund. Ultraneoliberalism. Social Security Budget. EC/95.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIBIC), por meio do Projeto de Pesquisa: “*Aprofundamento do ajuste fiscal e suas implicações no orçamento da seguridade social*”. Tem por objetivo analisar as implicações da EC/95 de 2016 no orçamento da seguridade social, no período de 2017 a 2020.

A crise estrutural do capital, a partir dos anos 1970, tem implicações diretas no reordenamento do Estado e das políticas sociais, impulsionando o capital a busca de estratégias para sua restauração, por meio de medidas de ajuste fiscal, rebatendo diretamente na reprodução da força de trabalho, por meio de ataques aos seus direitos historicamente conquistados.

A relevância desta comunicação consiste na possibilidade de contribuir com estudos sobre o orçamento das políticas sociais no Brasil, sobretudo no contexto do ultraneoliberalismo. Destacamos, ainda, a relevância da pesquisa, por se tratar de uma temática intrínseca à formação e o exercício profissional do assistente social, visto que o fundo público constitui-se a base de financiamento das políticas sociais.

## 2 AJUSTE FISCAL PERMANENTE E APROPRIAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL

Partimos do pressuposto que “o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como, pelo orçamento.” (SALVADOR, 2012a; 2012b, apud, SALVADOR; TEIXEIRA, 2014). Nessa perspectiva, Salvador e Teixeira (2014, p. 16) destacam que, “o fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



garantia do contrato social”, demonstrando então que, medidas que resultem na sua captura pelo capital são importantíssimas para a manutenção do desenvolvimento capitalista.

Conforme Behring (2019), é na interferência da composição e alocação do fundo público, que se concretizam os planos capitalistas para sua apropriação. No Brasil desde a década de 1990, com a implantação do neoliberalismo, vivenciamos fortes ataques aos direitos sociais expressando nas contrarreformas do Estado e das políticas sociais, por meio de medidas de ajuste fiscal permanentes, com o objetivo de garantir ganhos extraordinários para o capital, por meio da apropriação do fundo público.

Nos anos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, deu-se início a políticas de ajuste fiscal, tendo o Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) como documento orientador das contrarreformas do Estado e das Políticas Sociais, que tem como objetivo enfrentar a “crise fiscal”, para garantir as metas do superávit primário para o pagamento do serviço da dívida pública. Os pressupostos desse Plano são as privatizações das empresas estatais, os ataques aos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 e a publicização das políticas sociais.

Neste contexto, foram criados os instrumentos de ajuste fiscal, como: o Fundo Social de Emergência (FSE), o Fundo de Estabilidade Fiscal (FEF), a Lei de Responsabilidade Fiscal, medidas que desvinculam recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para formação do superávit primário.

Behring et al (2019) destacam que a chegada ao governo federal de representantes do partido dos trabalhadores, inicialmente com Luís Inácio Lula da Silva, apesar de ter adotado importantes medidas de deslocamento, que impactaram na reprodução da força de trabalho, que se encontravam na extrema pobreza, através de políticas de valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda, entre outras medidas, não abandonou os ideários neoliberais, adotando uma política econômica que garantiu o ajuste fiscal.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A política econômica teve continuidade com Dilma Rousseff, “porém, em um ambiente externo e interno desfavorável, o que teve implicações políticas e econômicas profundas” (p. 52). Houve então, intenso processo de desnacionalização, crescimento da terceirização, frouxidão da legislação trabalhista, proposta de prorrogação da Desregulamentação dos Recursos da União (DRU), com aumento para 30% na alíquota de desvinculação e continuidade da contrarreforma da Previdência social.

Mas, a dinâmica de atender aos interesses do capital e do trabalho ao mesmo tempo não se sustentaram e forneceram um leque de insatisfações, no contexto da crise econômica que já estava instalada. Demier (2017, p. 84) aponta que “com o cobertor curto, o governo petista optou por aquecer o peito do capital e descobrir os pés do trabalho”, resultando nas jornadas de junho de 2013. Todo esse movimento comandado pela burguesia brasileira, denominado de “democracia blindada”, contribuiu para a ascensão da onda conservadora no Brasil, coadunando-se ao crescimento da extrema direita. No seu segundo mandato, o governo Dilma já não correspondia às iniciativas do capital, apesar de favorecer em muitas decisões, mas insatisfeitos e procurando a solução para suas investidas, encontraram a saída na instauração do golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, que destituiu a Presidenta e estabeleceu-se como governo interino, o presidente ilegítimo Michel Temer (DEMIER, 2017).

### 3 APROFUNDAMENTO DO AJUSTE FISCAL NOS GOVERNOS ULTRANEOLIBERAIS

O governo de Temer inaugurou uma nova rodada de aprofundamento do ajuste fiscal no Brasil, que tinha como base o documento: “Uma ponte para o futuro”, do PMDB, em 2015. O diagnóstico deste documento consiste na tese de que para o Brasil sair da crise e a economia voltasse a crescer, seriam necessárias realizar reformas estruturais no orçamento, propondo “construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



endividamento público”. (p.18) bem como desvinculação dos recursos constitucionais para as políticas pública e a desindexação dos valores dos benefícios. Este e outros objetivos se concretizaram com a EC/95, fixando o limite de gastos para as despesas primárias no país por 20 anos, na qual o orçamento da seguridade social tem seguido desde 2017 suas regras. Conforme Behring et al (2019), esta Emenda limita os gastos primários do orçamento e abre espaço para a apropriação do fundo público pelo capital. Demier (2017) ressalta esse novo momento da história brasileira como o tempo “de contrarreformas e de ajuste fiscal” (p. 97), como ocorreu a contrarreforma trabalhista, trazendo impactos negativos para vida da classe trabalhadora.

A EC/95 prevê que os recursos para os gastos primários sejam baseados no valor do ano anterior corrigido pela variação da inflação. Segundo a Anfip (2021, p. 44), em 2017, ano da instituição do teto, variou em relação ao PIB, 19,9%, chegando em em 2020, a 19,5%. Esta realidade soma-se ao cenário de década perdida, como ressalta a Anfip (2021, p.30):

Uma década sem crescimento promove uma diminuição na capacidade de financiamento do Estado ao mesmo tempo em que agrava os problemas sociais. Muitos dos avanços sociais alcançados relacionados ao trabalho, renda das famílias, redução das desigualdades, distribuição de renda, segurança alimentar, entre 2011 e 2015, retrocederam.

As modificações desastrosas realizadas pelo governo Temer culminaram no resultado das eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, candidato da extrema direita, que apresentava o mesmo discurso de crise econômica e equilíbrio fiscal, tanto que logo nos primeiros meses do mandato, através do Ministro da economia Paulo Guedes, foi apresentada a PEC 06/2019, que trata de mais uma rodada da contrarreforma da previdência social, sendo aprovada em novembro do mesmo ano, através da Emenda Constitucional nº 103/2019, representando o aprofundamento dos ataques aos direitos previdenciários. Essa nova rodada de contrarreformas da previdência social responde ao regime fiscal do teto dos gastos. Diante de tantas outras ações, os governos ultraneoliberais tomaram medidas em

PROMOÇÃO



APOIO



contraposição a Constituição Federal, comprometendo o orçamento da seguridade social e a garantia dos direitos nela previstos.

#### 4 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS (COM A VIGÊNCIA DA EC/95)

De acordo com a Anfip (2021, p.17) “a EC/95 congela em valores as despesas públicas, ignorando as demandas e as necessidades, criando um ambiente propício para justificar a inação estatal.” O congelamento das despesas públicas mostra-se como uma grande barreira na efetivação de direitos sociais, uma vez que a seguridade social compõe um papel importante para a construção da cidadania e conquista da justiça social. Submetida ao novo regime fiscal, as receitas do orçamento da seguridade social sofreu impactos, conforme os dados da tabela 1:

**Tabela 1** – Receitas do orçamento da seguridade social (2017-2020) -Valores correntes, em R\$ bilhões

Receitas realizadas	2017	2018	2019	2020
<b>1. Receitas de contribuições sociais</b>	753.661	792.241	801.983	774.513
<b>2. Receitas de entidades da seguridade social</b>	24.904	26.643	24.551	19.201
<b>3. Contrapartida do orçamento fiscal</b>	2.247	2.029	2.247	2.102
<b>4. Resultado</b>	780.611	820.913	828.780	795.816

Fonte: Anfip (2021), elaboração própria.

A partir dos dados da tabela 1, observamos que houve uma redução das receitas do orçamento da seguridade social, em 2020 em comparação a 2019, correspondendo a uma queda de 4%, devido aos baixos níveis de produção de bens e serviços, como também “o fato das regras do teto ignorarem possibilidades de recompor receitas, tributando os segmentos mais afortunados e tornando mais justo o sistema tributário nacional.” (2021, p. 46). As receitas das contribuições sociais mantinham um crescimento desde 2017, chegando a R\$ 801 bilhões em 2019, mas

em 2020 foram inferiores em R\$ 27,5 bilhões. O mesmo acontece com as receitas de entidades da seguridade social, que apesar de ter tido um crescimento, pouco expressivo, em 2018, decresceu R\$ 7 bilhões, em 2020.

Em relação às despesas do orçamento da seguridade social, observamos o crescimento ao longo dos 4 anos, com exceção da política de saúde, conforme os dados da tabela 2:

**Tabela 1** – Despesas do orçamento da seguridade social (2017-2020) - Valores correntes, em R\$ bilhões

Despesas realizadas	2017	2018	2019	2020
<b>Benefícios previdenciários</b>	557.235	586.374	626.510	663.904
<b>Benefícios Assistenciais (BPC e RMV)</b>	53.148	55.161	58.656	61.643
<b>Benefícios FAT (seguro desemprego)</b>	54.236	53.627	54.912	59.338
<b>Saúde</b>	116.366	119.695	125.093	122.843
<b>Geral<sup>4</sup></b>	837.310	874.291	926.904	954.098

Fonte: Anfip (2021), elaboração própria.

Conforme a tabela 2, observa-se um crescimento dos valores destinados aos benefícios previdenciários no período de 2017 a 2020. Em 2020, alcançou R\$ 663 bilhões, isto é um acréscimo de apenas 6,0% em relação a 2019, numa conjuntura de pandemia da covid/19 e de muitos casos de adoecimento e mortes. Já os benefícios assistenciais (Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia) só cresceram 4,84%, inferior à inflação no ano de 2020. Sabemos que está havendo uma medida deliberada de indeferir esses benefícios, onde, na sua maioria, vem sendo concedidos judicialmente. Com o aumento do desemprego, desde 2016, e os bloqueios de beneficiados desde 2019 do Programa Bolsa Família, as filas de famílias para acessar este programa aumentaram e isso persistiu em 2020. Neste ano, houve uma mudança, em que as famílias

<sup>4</sup> Para somar o geral, o relatório da ANFIP destaca outras despesas que não foram registradas nessa tabela.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



beneficiárias do Programa Bolsa Família passaram a receber o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00, benefício criado durante a pandemia, em que, seus valores não foram contabilizados nas despesas da seguridade social, mas no Regime Fiscal Extraordinário, que será abordado posteriormente.

Os gastos com saúde têm sofrido perdas severas por causa da determinação da EC/95. Em 2019, foram perdidos quase 11 bilhões de acordo com as regras anteriores ao teto, de 15% das receitas correntes líquidas. Mesmo após um aumento na destinação de recursos de 2017 a 2019, se mostrando ínfimo em relação a suas necessidades reais, em 2020 a saúde sofreu uma queda de 1,79%, em relação ao ano de 2019, corroborando para o desfinanciamento da saúde em tempos de teto de gastos e o estímulo a população a usar o sistema privado, beneficiando o capital e justificando as privatizações.

Em relação ao seguro-desemprego, houve um crescimento de 8,6% em 2020, em relação a 2019. No entanto, sabemos que esse crescimento não acompanhou a tendência do crescimento das demissões, sobretudo no ano da pandemia da covid – 19. Em 2019, cresceram apenas 2,4%, abaixo da inflação do período. Em 2020, as despesas com seguro desemprego nem de perto expressam o quadro de desemprego no país. Esses dados refletem as modificações adotadas no governo de Dilma Rousseff em 2014, através da Medida Provisória nº 665, com alterações nas condições de acesso ao seguro desemprego, que aumentou o período de carência para ter acesso ao direito, para 18 contribuições nos últimos 24 meses antes da dispensa do trabalho.

Somado a este cenário, o governo federal constrói déficits no orçamento da seguridade social, argumentando a insustentabilidade dos gastos sociais, por meio da Desvinculação de Recursos da União (DRU), das renúncias tributárias, da não cobrança dos débitos do INSS, entre outras medidas. Em 2017 o governo federal renunciou das contribuições sociais o montante de R\$ 148 bilhões e em 2020 R\$ 158 bilhões, isto é, um aumento de R\$ 10 bilhões nos três anos de exercício do teto de gastos. Enquanto o valor das receitas desvinculadas pela DRU, em 2019, foi

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



R\$ 116,5 milhões. Desde 2020, a DRU deixou de subtrair recursos das contribuições sociais por causa da EC/103 da contrarreforma da previdência social, por isso a redução dos valores desvinculados.

A Anfip (2021) destaca que EC/95 incide na criação de instrumentos de recuperação da economia e do emprego, bem como, somada à reforma trabalhista de 2017, resulta no aumento da precarização do trabalho. Diante disso, revela esse reflexo com o valor da taxa de desocupação, que em 2017 e 2018, estava oscilando em 12%, apresentando 11,9% em 2019, em 2020 há um crescimento para 13,5%, resultado do crescimento do desemprego no primeiro ano da pandemia. Quanto ao número de ocupação, houve uma redução de 90 milhões em 2017 para 86 milhões em 2020. No setor privado a quantidade de trabalhadores com carteira assinada diminuiu de 33 milhões em 2017, para 30 milhões em 2020, o número sem carteira assinada variou de 10 milhões em 2017 para 11 milhões em 2019, diminuindo para 9 milhões, em 2020. A quantidade de subocupados por insuficiência de horas de trabalho sobe de 4 milhões em 2016 para 6 milhões em 2020. Ademais, os trabalhadores que se encontravam no vínculo precário passou de 43 milhões, em 2016, para 49 milhões, em 2019, recuando para 44 milhões em 2020. Em contrapartida, podemos observar que os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, que eram 58 milhões, em 2016, diminuíram nos anos seguintes, chegando a 55 milhões, em 2020.

A formalização do trabalho está diretamente relacionada à arrecadação das contribuições sociais, sobretudo a contribuição proveniente da Folha de Salário, que vem financiando os benefícios previdenciários. Essa realidade revela um número exorbitante de trabalhadores necessitando que a seguridade social amplie em todos seus pilares, mas com teto de gastos, a tendência é a impossibilidade de mantê-la, menos chance ainda de ser ampliada.

## 4.1 Orçamento da Seguridade Social no primeiro ano da pandemia Covid-19

PROMOÇÃO



APOIO

Diante da pandemia da covid-19, que assolou toda classe trabalhadora, atingindo principalmente quem estava na informalidade, escancara uma regressão e uma precarização, que já vinha acontecendo no mundo do trabalho, se intensificando com o ultraneoliberalismo, instituído com o governo golpista de Temer, como destaca Behring et al (2020, p. 106) “a pandemia desnudou a agressividade do ultraneoliberalismo”.

O orçamento da seguridade social é sensível a todas essas medidas de ajuste fiscal, assim toda a análise da configuração do fundo público necessariamente perpassa por essas determinações, por isso que o panorama que antecedeu a crise sanitária, oriunda do vírus da covid/19 no Brasil, já foi recepcionada por uma conjuntura do ultraneoliberalismo. É sob esse cenário que o governo de extrema direita “enfrentou” a pandemia, na qual, o presidente Jair Bolsonaro chamou a Covid/19 de gripezinha, negando constantemente. (BCC, 2021)

Segundo a Anfip (2021), o Brasil viveu em 2020, sob um regime orçamentário misto, através da promulgação da EC/106, que trata do Regime Fiscal Extraordinário, em decorrência da exigência de novos gastos para enfrentar a crise sanitária. Assim, com a instituição em março de 2020, do Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo estado de calamidade, foi necessária autorização de recursos para enfrentar a pandemia. Por isso, o Congresso Nacional autorizou o governo federal a gastar R\$ 604 bilhões em 2020. Conforme demonstra a tabela 3:

**Tabela 3** - Ações realizadas com os recursos do Regime Fiscal Extraordinário Covid-19 em 2020/ Valores correntes, em R\$ milhões

Ações	Autorizado	Empenhado	Pago
Ampliação do bolsa família	369	369	369
Apoio a microempresas e empresas de pequeno e médio porte- fundo garantidor de operações e fundo garantidor de crédito	58.093	58.093	58.093

Apoio a microempresas e empresas de pequeno e médio porte- programa emergencial de acesso a crédito	10.000	5.000	5.000
Apoio ao setor cultural: Lei de Aldir Blanc	3.000	3.000	3.000
Auxílio emergencial	254.240	231.181	229.06
Auxílio emergencial as instituição de longa permanência para idosos	160	160	160
Auxílio emergencial residual	67.601	64.052	63.040
Auxílio financeiro a estados, DF e municípios	60.189	60.149	60.149
Complemento aos fundos de participação de estados e municípios	16.000	15.098	15.098
Demais ações do governo	1.296	1.265	934
Enfrentamento de emergência de saúde pública	69.444	47.472	43.931
Financiamento da folha salarial	6.807	6.807	6.807
Financiamento da infraestrutura turística	5.000	5.000	3.077
Incremento temporário no custeio de ações e saúde- atenção básica	37	37	37
Incremento temporário no custeio de ações e saúde- média e alta complexidade	20	20	20
Manutenção de emprego e renda	51.547	41.547	33.497
Tarifa social de energia elétrica	900	900	900
<b>Total</b>	<b>604.703</b>	<b>540.150</b>	<b>524.018</b>

Fonte: Anfip (2021), elaboração própria.

Sendo assim, foi autorizado pelo Regime Fiscal Extraordinário uma receita de R\$ 604,7 bilhões, sendo pago apenas R\$ 524,0 bilhões em 2020. Desse valor, foi autorizado R\$ 254,2 bilhões para pagamento do auxílio emergencial, sendo pago apenas R\$ 229,9 bilhões, no valor de R\$ 600,00<sup>5</sup> para trabalhador informal

<sup>5</sup> Antes de definir esse valor, inicialmente o governo Bolsonaro propôs o valor de apenas \$ 200,00 para o auxílio emergencial.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



concedido apenas ao final de abril, o que representa 43% do total. O auxílio emergencial residual, de R\$ 300,00 teve uma autorização de R\$ 67,6 bilhões, sendo pago R\$ 63 bilhões, representando 12%.

Para o enfrentamento da emergência de saúde pública foi autorizado R\$ 69,4 bilhões, sendo pago apenas R\$ 43,9 bilhões, ou seja representando 8% em comparação ao todo. Esses valores expressam que, mesmo no momento de extrema necessidade, com recursos autorizados a serem utilizados, o governo optou por não fazer uso de todo o quantitativo.

Dessa forma, a pandemia da Covid/19 acentuou um movimento permanente de apropriação do fundo público, desresponsabilização do Estado para garantir os direitos sociais e ataques a seguridade social, integralizados pela saúde, assistência social e previdência social. Ao passo que, reforçou quão fundamental e necessária foi a seguridade social para o enfrentamento da situação de calamidade pública.

## 5 CONCLUSÃO

A EC/95 operando na limitação de gastos, resulta na diminuição de recursos para a efetivação de direitos sociais, culminando na precarização dos serviços públicos e justificando o repasse de sua execução ao mercado, principal objetivo dos governos ultraneoliberais. Indubitavelmente, a relação dessa EC com a contrarreforma trabalhista e a previdenciária são mecanismos que englobam o aprofundamento do ajuste fiscal, que interferem no desenvolvimento das políticas que compõem a seguridade social, implicando na agudização das expressões da questão social, desvelada com o contexto pandêmico de 2020.

Os apontamentos levantados sobre desigualdade e pobreza pela Oxfam (2021), apresentam que no final de 2020, mais da metade da população brasileira, em torno de 116 milhões, estavam em insegurança alimentar e cerca de 20 milhões passavam fome, em contrapartida no mesmo ano, segundo o noticiário da revista online da Globo, GQ Brasil (2020), o Brasil ganhou vinte novos bilionários, desses,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



11 residem no país. Esses vinte novos bilionários somam R\$ 1,2 trilhão, valor que ao longo do ano chegou muito perto de duplicar. O vírus da covid-19 pouco exerceu influência sobre os novos bilionários, tampouco a EC/95 toca em seus lucros. Por fim, o presente cenário evidencia a luta de classes, em que, de um lado está o capital que faz uso de estratégias para apropriar-se do orçamento da seguridade social, correspondendo o ataque aos direitos sociais, e por outro lado os trabalhadores, nas mobilizações que refletem a luta por sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Anfp. **Análise da Seguridade Social 2020**. Brasília, DF, 2021.

BBC News Brasil. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. **Bcc**, 27/11/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 dez. 2016.

BEHRING, Elaine. et al. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M; MATOS, M; FREIRE, S (Org). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando publicações, 2020. p. 103-121.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, E. Et al(Org.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 43-65.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Especial 2020: teto de gastos. **Rádio Câmara**, 01/02/2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programa-s/724467-especial-2020-teto-de-gastos/>. Acesso em: 12 de ago. 2022

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. p. 65-106.

GQ. Brasil ganhou 20 novos bilionários no ano de pandemia. **GQ**, 06/04/2021. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



<https://gq.globo.com/Lifestyle/Poder/noticia/2021/04/brasil-20-novos-bilionarios-panemia.html>. Acesso: 12 de ago. 2022.

OXFAM Brasil. O vírus da fome se multiplica. **Oxfam**, 08/07/2021. Disponível: <https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica/>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

SALVADOR, Evilásio da Silva; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e Políticas Sociais. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan/jun 2014.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Expressões contemporâneas do imperialismo e desafios à sua análise. **R. Katál.**, Florianópolis, v.24, n.2, p.427-437, maio/jun 2021.

SOUZA, Giselle; AZEVEDO, Edite Alves; VENTURA, Cleyton Jefferson das Neves; ANDRADE, Rosangela Silva de Azevedo. **O golpe no fundo público: uma análise orçamentária da seguridade social a partir da emenda constitucional 95**. XVI ENPES, dez 2018.

PROMOÇÃO



APOIO

